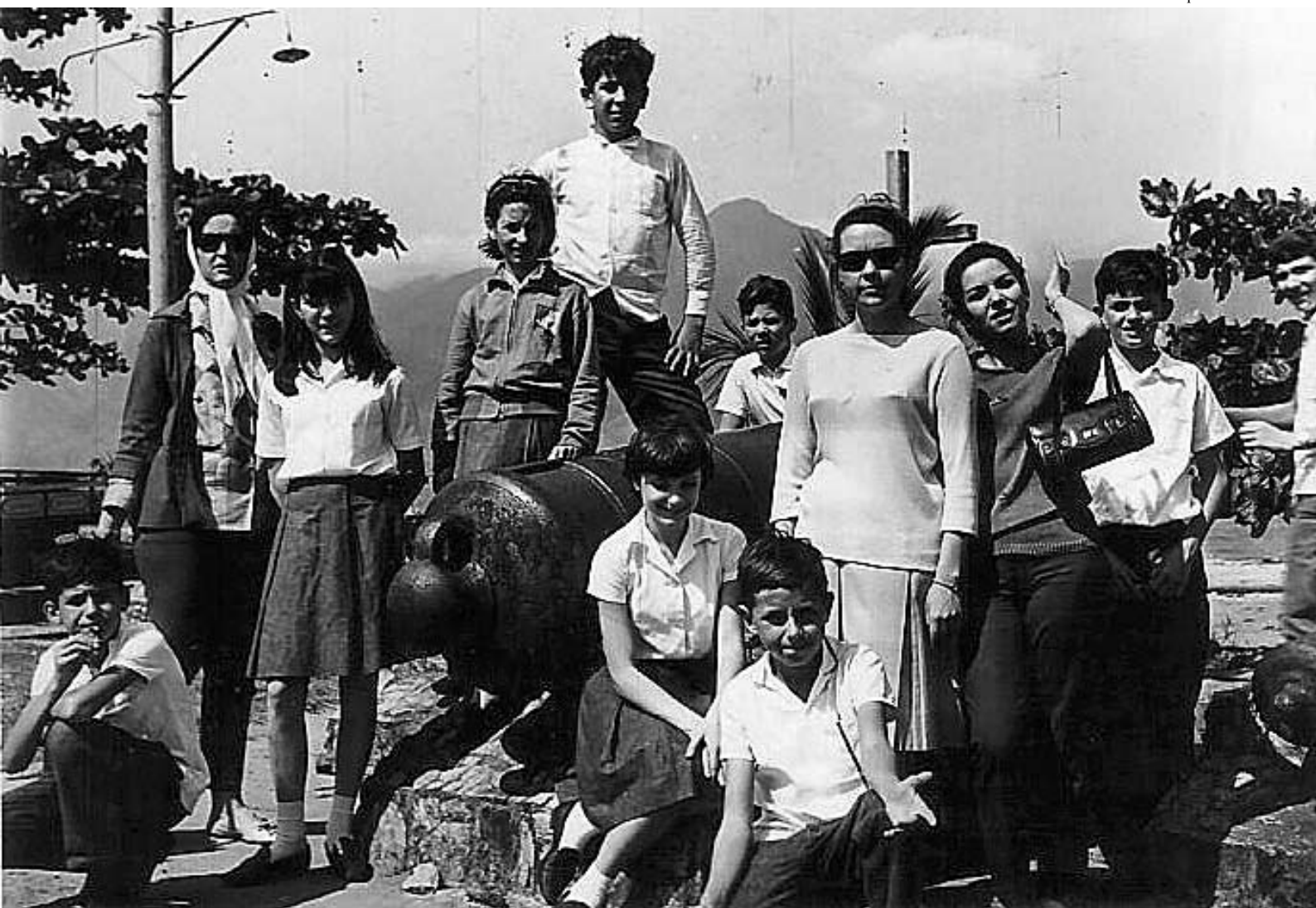


VOCACIONAIS, BREVE HISTÓRIA DE UMA UTOPIA TRANSFORMADORA

Gabriela Moncau
Jornalista

Arquivo Gvive



"Estudo do meio", uma das práticas pedagógicas marcantes dos colégios vocacionais de SP

O termo “vocacional” permite interpretações que extrapolam o sentido comumente aceito, que remete às escolhas profissionais do sujeito. De qualquer modo, a experiência concreta dos colégios criados e mantidos pelo Serviço de Ensino Vocacional (SEV), coordenado pela professora Maria Nilde Mascellani, deixou profunda impressão em alunos e professores. Quando o projeto foi abortado pelo Exército em 1969, ficou claro que havia nele algo de generoso, libertário e incômodo para a Ditadura Militar

O helicóptero militar sobrevoava o pátio da escola, na região do Brooklin, em São Paulo. No solo, a operação parecia transcorrer com sucesso: soldados armados tranca-raram os professores em uma pequena sala, e coletavam documentos daquele modelo educacional que visavam desmantelar. Faltavam poucos dias para o Natal de 1969. Um dos militares olhou pela janela do helicóptero e viu uma movimentação estranha no pátio. Os alunos deitavam no chão e começavam a formar uma palavra. Sim, não havia dúvidas, a mensagem era para eles. Formavam a palavra “cu”.

Silvana Mascellani estava lá. Mas não se aventurou a xingar o helicóptero. Aos 12 anos, era aluna recente no Colégio Oswaldo Aranha, a unidade da capital das cinco que compunham os ginásios estaduais

vocacionais. “O medo era que se me pegassem, pegariam a Nilde, estavam atrás dela. A reação entre nós foi me poupar, não pronunciar meu nome. Fiquei de escanteio, para o fundo”, conta Silvana. Sua irmã vinte e quatro anos mais velha, Maria Nilde Mascellani, foi uma das fundadoras dos colégios vocacionais e sua maior expressão pública.

Naquela manhã, o artista plástico Evandro Jardim excepcionalmente não tinha ido ao Oswaldo Aranha, pois participava de uma atividade no Museu de Arte Sacra. “Foi então que me avisaram, ‘não venha!’. A gente não sabia o que poderia acontecer, e os que estavam de fora poderiam ajudar”, relata o então professor de Artes Plásticas da escola.

Evandro tinha 27 anos em 1961, já era atuante como grava-

dor e participava de exposições no Brasil e fora. “Fiquei sabendo pelo meu meio de artes que estavam procurando pessoas para dar aulas ligadas a um currículo diferente do tradicional”, relembra. Interessou-se. Participou, então, do curso de treinamento dos docentes que durava um semestre, todos os dias, e em 1962 foi chamado. Ficaria até o fim.

Cada uma das cinco unidades que inauguraram a experiência vocacional tinha uma realidade bastante diferente. São Paulo, capital; Rio Claro, um entroncamento ferroviário; Americana, polo têxtil; Batatais, essencialmente agrícola; Barretos, pólo de criação de gado. No fim da década de 1960 seria fundada uma unidade que mal teria tempo de se desenvolver, em São Caetano do Sul.

Daniel Garcia



Professor Evandro Jardim

No início da década de 1960, Luciano de Carvalho, secretário da Educação do governador Carvalho Pinto, conheceu na França o Centro de Renovação Pedagógica. Entusiasmado, ao voltar convidou as educadoras Maria Nilde Mascellani e Olga Bechara, responsáveis por classes experimentais em Socorro (SP), a assumirem o projeto dos vocacionais

Os ginásios vocacionais nasceram a partir de uma portaria do Ministério da Educação e Cultura, publicada em 1959, que autorizou o funcionamento de classes experimentais. Em consonância com o ideário de-

envolvimentista, em 1961 o governo estadual de São Paulo aprovou um projeto derivado das classes experimentais, implementando a experiência de ginásios vocacionais em municípios paulistas.

“Institui-se o ensino de economia doméstica e de artes aplicadas como ramo independente, mas paralelo, ao ensino industrial. São Paulo, pioneiro na organização de cursos que visam a preparação da mulher para as atividades do lar”, discursava o então governador de São Paulo, Carvalho Pinto, ao apresentar o projeto de lei à Assembleia. Esse ensino, propagandeava, ofereceria “campo de preparação às jovens, como futuras donas de casa e, portanto, como agentes de elevação do padrão de vida familiar, ensejando ainda à mulher a oportunidade de se habilitar para o exercício de profissões relacionadas com as atividades domésticas”.

Mal imaginava ele que se abria uma brecha para algo que subverteria suas intenções iniciais. Educação doméstica? Sim, havia essa disciplina

nos colégios vocacionais. Mas não com o intuito de preparar futuras donas de casa. As salas eram mistas e meninas e meninos, juntos, aprendiam a pregar botão, colher alimentos na horta, cozinhar, lavar roupa, trocar fraldas. “Uma coisa fantástica que a educação doméstica fazia, em consonância com as outras matérias, era já um trabalho comunitário, né? Fazíamos nos postos de saúde, na favela”, rememora a socióloga Renata Delduque, da turma de 1968, no documentário *Vocacional: uma aventura humana*, do cineasta Toni Venturi, também ele um ex-aluno. Além de economia doméstica, havia as disciplinas de artes plásticas, artes industriais, práticas comerciais, educação musical, audiovisual, práticas agrícolas, matemática, ciências, educação física, português, inglês, francês, teatro, e outras.

A experiência do Serviço de Ensino Vocacional (SEV) começou depois que o então secretário da Educação, Luciano de Carvalho, voltou entusiasmado da Europa ao ter conhecido o Centro de Renovação Pedagógica da França. Duas professoras que já faziam algo interessante com classes experimentais na cidade de Socorro (SP), Maria Nilde Mascellani e Olga Bechara, foram então convidadas a assumir o projeto dos vocacionais.

“A experiência aqui tomou outro caráter, naturalmente, mas veio de Sèvres, na França. Uma experiência do pós-guerra na qual educadores franceses queriam propor uma educação de base, na minha opinião, que pudesse evitar novas hecatombes, pois foi depois da Segunda Guerra Mundial”, avalia Jardim.

Na tese de doutorado “História e memória da inovação educacional no Brasil: o caso dos ginásios vocacionais (1961-69)”, que defendeu na Faculdade de Educação da Unicamp, Daniel Ferraz Chiozzini conclui que a flexibilização da legislação federal e o surgimento das classes experimentais contribuíram para que fossem delineadas as diferenças entre modelos “que se propunham genericamente a preparar o indivíduo para o trabalho, mas que possuíam duas matrizes teóricas distintas”, pois a “primeira enfatizava o ensino técnico e a segunda a introdução de novas metodologias de aprendizagem”.

ciente para de forma engajada agir sobre ele, partia-se, em movimento espiral crescente, da realidade em que a escola estava inserida.

“No primeiro ano trabalhávamos com a casa dos alunos, a família, a relação da escola com o bairro. No segundo era o Estado de São Paulo”, explica Evandro, ao lembrar de uma viagem que fez com seus alunos para Brodowski, onde conheceram a casa de Portinari. No terceiro ano, estudavam Brasil e, no quarto, o mundo. “No quarto ano, na minha área, resolvi trabalhar com eles sobre a arte rupestre das cavernas. Fizemos exposições dentro da escola com artistas naquele momento já de muito nome, como Marcelo Grassmann e Mário Gruber”.

As avaliações eram feitas bimestralmente, não por notas, mas por conceitos divididos em superior, acima da média, médio, abaixo da média e inferior. A autoavaliação era a base. A jornada dos professores, de 40 horas, sendo mais da metade da carga horária destinada a atividades de planejamento e reuniões. O número de alunos por sala era de 30 e, entre os critérios para estudar lá, havia o de proporcionalidade relativamente às classes sociais presentes no entorno da escola.

Silvana Mascellani fez o exame para a turma de 1968 e não entrou. A cota do seu nível de renda já estava completa. A filha da faxineira, Cida, passou. “Eu fiquei muito chateada, cheguei a ouvir ‘como é que a filha da faxineira entrou e a irmã da coordenadora não?’ Mas é isso, naquele ano a cota estava preenchida e pronto, era preciso compreender. Não tinha aquela coisa de

fulano entrou porque tem contato. Isso não funcionava”, ressalta.

Para Silvana, a grande virtude do Vocacional “não era ficar dando conteúdo, era dar instrumentos para alcançá-lo”. “Na escola tinha o banco estudantil: os professores, estudantes e funcionários tinham uma conta corrente no banco, a gente não usava dinheiro lá dentro, só fichas e cheques do banco”, recorda. “Todo mundo vendia, comprava, servia. Aprendia a administrar dinheiro. Tinha a cantina, o banco, o governo estudantil, o almoxarifado, tudo gerido pelos estudantes”, comenta.

Silvana Mascellani, irmã de Nilde, fez exame para a turma de 1968 e não entrou. A cota do seu nível de renda já estava completa. A filha da faxineira, Cida, passou. “Fiquei muito chateada, mas naquele ano a cota estava preenchida e pronto. Não tinha aquela coisa de fulano entrou porque tem contato”, conta Silvana

Todo o currículo era pautado em Estudos Sociais, que girava em torno de história, geografia, sociologia e antropologia. Com a visão de que o indivíduo sofre a influência de seu meio e deve tornar-se cons-

Luiz Paulo Labriola acredita que alguns dos princípios do ensino vocacional no Brasil (como “aprender a aprender”) derivam de um universo de referências que vê ao final uma “escolha profissional bem sucedida”. Mas Áurea Sigrist associa o termo vocacional à intenção de “formar homens livres, críticos e criativos”

No ateliê de gravura da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), onde lecionou por mais de vinte anos, aposentou-se em 1993 como professor doutor e continua atuando no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Evandro Jardim tenta explicar o cerne da experiência edu-



Maria Nilde (em pé, à esquerda) em reunião de planejamento

cacional que vivenciou. “Eu não vou formar artistas, porque artistas não se formam. O artista é ou não é. O que uma escola de arte pode fazer? Os procedimentos, as operações que te levam às práxis artísticas. Uma coisa difícil no Brasil”, reflete.

Arte é a manifestação externa de uma necessidade interior. Partindo dessa definição, Evandro aponta que uma manifestação poética é uma ideia. “Aí entra a questão da vocação, do chamado interior, é uma força que te visita. Você pode assumir essa manifestação poética ou não”, argumenta. “Para fazer de uma ideia algo concreto, visível e sensível, que as pessoas devem receber e entender, você precisa da técnica, da aquisição de conhecimento”. “Se a plástica não explica suas intenções, você se expressou sem domínio de linguagem. O domínio de linguagem é alguma coisa que a escola pode te ajudar a adquirir. É exatamente o que tentamos

fazer nessa experiência”, resume.

No artigo “Vocacional: por que os bons tempos não voltam?”, publicado na *Folha de S. Paulo*, o pesquisador em filosofia da educação Luiz Paulo Labriola defendeu que (diferentemente do alegado em texto anterior publicado no jornal) o termo vocação tem ligação com a ideia de encaminhamento para uma opção profissional. Para ele, alguns dos princípios pedagógicos do ensino vocacional brasileiro (“aprender a aprender”, “conhecer a partir do meio”, “somente ensina quem continua aprendendo”) derivam “do universo de referências da Escola Nova e do pensamento de John Dewey, que viam ‘na ponta da linha’ (não apenas, mas também) uma escolha profissional bem sucedida”.

Já Áurea Sigrist, ex-diretora do Vocacional de Americana, em entrevista concedida ao *Portal Aprendiz*, refere-se à escolha do termo vocacional não como relacionado

à profissão, mas com a intenção de “formar homens livres, críticos e criativos, de modo que pudessem arquitetar sua vocação ontológica de ser humano”.

A primeira crise marcante ocorreu em 1963. Na ocasião, 18 professores do Vocacional de Americana foram demitidos por terem paralisado o trabalho em solidariedade aos demais professores da rede estadual, em greve por reajuste salarial. Mas quem os demitiu foi o SEV, dirigido por Maria Nilde, e não a Secretaria da Educação

Ao estudar a memória coletiva que se criou a respeito das escolas vocacionais, Daniel Ferraz Chiozzini chama a atenção de como, pelo fato de a experiência ter sido violentamente interrompida pela Ditadura Militar, aspectos relacionados a conflitos internos e diferenças políticas tenham sido pouco explorados no resgate da história. Ele aborda, então, duas crises marcantes dos vocacionais.

A primeira ocorreu em 1963. Na ocasião, 18 professores da unidade de Americana foram demitidos por terem paralisado o trabalho em solidariedade aos demais professores da rede estadual, em greve por reajuste salarial. “A Secretaria de Educação, ao encerrar a greve, não puniu ninguém. No entanto, o SEV os demitiu no fim do ano. A justificativa? Foram dadas várias, mas a principal foi a adesão à greve”, salienta Newton Balzan, na época professor de Estudos Sociais em Americana. Ele se demitiu em protesto contra a retaliação aos colegas. Depois voltou ao Vocacional, a pedido de Maria Nilde.

“Antes de optar pelo retorno, me reuni com os professores demitidos. Eles apoiaram que eu voltasse, visando o objetivo maior de dar continuidade aos vocacionais”, explica, e em seguida reflete: “Maria Nilde era uma pessoa contraditória. Muito inteligente, líder espetacular, e ao mesmo tempo autoritária e centralizadora. Isso não nega o mérito dela como criadora e dirigente daquilo que eu considero a maior experiência educacional na história brasileira”. A *Revista Adusp* tentou entrar em contato com integrantes da Coordenação do SEV em 1963 para ouvir sua versão das demissões, mas até o fechamento desta edição



Acampamento em estudo do meio no Vocacional de Rio Claro



Diplomação de alunos do “Oswaldo Aranha” (Gevoa, de São Paulo), 1966

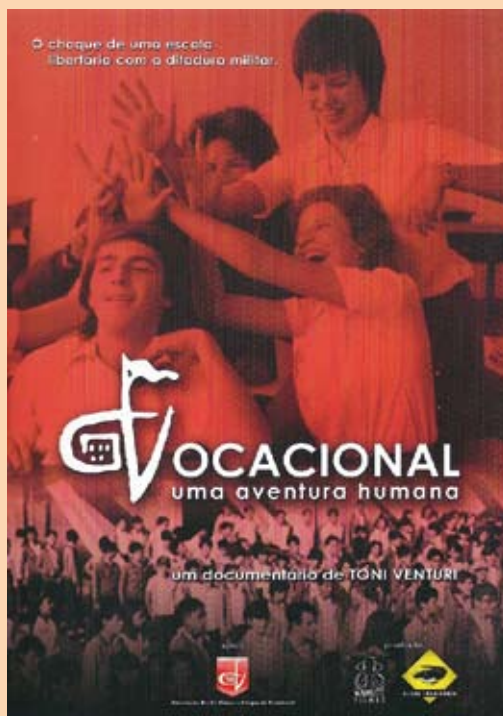


Flautistas do Gevoa apresentam-se no Festival Vocacional de Música, em Rio Claro, 1968

CRIADA EM 2006, GVIVE MANTÉM FORTES OS LAÇOS ENTRE EX-ALUNOS

“Nosso objetivo principal foi o resgate documental de tudo que foi tirado nas seis unidades quando da invasão militar. Hoje podemos dizer que recuperamos 95% do que foi confiscado, rasgado, perdido ou destruído”. Assim Luis Carlos Marques, que todos conhecem como Luigy, explica a finalidade maior da Associação dos Ex-alunos e Amigos do Vocacional (GVive), criada em agosto de 2005, em uma reunião de confraternização dos ex-alunos do Ginásio Estadual Vocacional Oswaldo Aranha (Gevoa), com a participação de ex-alunos de outras unidades.

Luigy, que estudou na turma de 1963 do Gevoa, é o atual vice-presidente da GVive, que nesta gestão é presidida por outra ex-aluna, Ana Rosalina Andrade Benedito. Mas a GVive agrega também pais, professores e amigos em geral, inclusive educadores que tenham afinidade com o projeto vocacional. “Atualmente temos 700 associados no mundo todo”, informa Luigy. Nas eleições para renovar a



diretoria da associação, quem vive no exterior vota pela Internet.

A GVive preserva e reaviva os laços de amizade das antigas turmas. Como explica a página www.gvive.org.br, desde março de 2005 ex-alunos — a princípio apenas do Gevoa, mas depois também das outras cinco unidades — têm se encontrado no primeiro sábado de cada mês no Bar Memorial, no Campo Belo. “A iniciativa, que partiu de representantes da turma de 1969, foi recebendo adesões de outras turmas mês a mês”. Um desses encontros chegou a reunir quase 250 pessoas, e deste fermento brotou a Gvive.

Oficinas, cursos, exposições são as atividades desenvolvidas para divulgar e debater a experiência do Sistema de Ensino Vocacional (SEV). A GVive recebeu 3 mil cópias em DVD do documentário *Vocacional: Uma Aventura Humana*, de Toni Venturi. Também trabalha com o documentário *Sete Vidas eu Tivesse* e possui um canal no *You Tube*, “GVive Vocacional” (<http://goo.gl/dgbeWa>). Em 2012 promoveu um animado “abraço” no Gevoa.

Embora a nostalgia seja inevitável, a associação não se prende ao passado ou a uma atitude meramente contemplativa. Tanto que se dispõe a lutar pela consigna “por um ensino público, gratuito e de qualidade”. E declara como missão “utilizar a experiência do Ensino Vocacional como uma plataforma para reflexões sobre o ensino público atual”.

Nas redes sociais:

Twitter: <http://goo.gl/AYFn9q>

Facebook: <http://goo.gl/0ZmYEl>



Ex-alunos abraçam o Gevoa, no Brooklin Novo (São Paulo), em 2012

não obteve resposta.

A segunda crise emblemática foi em 1968, com uma mudança drástica das supervisões de área, envolvendo demissões, fim da adoção do período integral, aumento do número de alunos por sala, criação do curso ginásial noturno e início do colegial. No entender de Chiazoni, as mudanças “estiveram ligadas às novas perspectivas educacionais que resultaram do processo de hegemonia de um subgrupo interno em relação ao outro”. Na sua avaliação, o posicionamento político de Maria Nilde no início era moderado e em sintonia com um “desenvolvimentismo educacional”. “Isso teria motivado a atitude de demitir os professores grevistas em 1963. Essa postura foi mudando ao longo dos anos, a ponto de, em 1968, ser bastante próxima de grupos políticos que defendiam um questionamento mais direto ao regime militar, gerando então a demissão de um grupo de supervisores politicamente mais moderados”, analisa.

Outro incidente digno de nota ocorreu em 1965, quando a complexa relação entre o SEV e o governo estadual, na época sob comando de Adhemar de Barros, resultou em conflito acirrado. “A negação de matrícula para um aluno que não havia passado pela seleção, mas que era filho de funcionário de confiança do Secretário da Educação, implicou o meu afastamento da Coordenação do SEV, bem como o da diretora administrativa do ginásio”, conta Maria Nilde em sua tese de doutorado, “Uma pedagogia para o trabalhador”. Depois de uma campanha que envolveu os pais dos alunos, as duas diretoras retomaram seus cargos.

“Como acabou? Foram muitos os fatores, quem sabe alguns de natureza interna. Quando a Ditadura interveio, não havia como articular uma reação”, avalia o artista plástico e professor Evandro Jardim.

“Basicamente fechou porque os militares consideraram que aquilo propunha ao estudante a liberdade de expressão”

“Se os objetivos do Ensino Vocacional são predominantemente de natureza social, onde buscar as causas de na prática adotarmos tendências intelectualistas no ensino?” “Se a personalidade equilibrada só se forma em situação social e de grupo e o crescimento de cada um deve partir da experiência do sujeito, como analisar o paternalismo que temos adotado?” “Se admitimos que reflexão e ação não se separam, mas que a primeira deve ser gerada pela dinâmica da própria ação, como explicar a linha metodológica que temos adotado, colocando antes os conteúdos e os conceitos para depois prever as vivências?”

Eram essas algumas reflexões que, registradas em documento de 1968, pautavam aspectos para uma “avaliação profunda” das mudanças em curso no Ensino Vocacional. Infelizmente, elas mal tiveram tempo de ser amadurecidas.

“SE JÁ FIZEMOS VENTURI, “POR FAZER DE

Gabriela
Jorn

Aos 11 anos, Toni Venturi entrava, como estudante, no Colégio Estadual Vocacional Oswaldo Aranha (Cevoa), na capital paulista. Quase 50 anos depois que a inovadora experiência educacional foi violentamente interrompida pelo regime militar em 1969, ex-alunos e professores ainda se encontram, “com um sentimento comum de que a gente pode transmitir alguma coisa à sociedade, hoje, a respeito desse espírito que a gente viveu”.

Assim surgiu o impulso que levou Venturi, hoje com 58 anos, a retratar a experiência dos vocacionais em documentário. Diretor dos filmes *O Velho: a história de Luís Carlos Prestes* (1997), *Cabra-cega* (2004), *Estamos Juntos* (2010) e outros, Toni conversa com a *Revista Adusp* sobre *Vocacional: uma aventura humana* (2011) e a urgência de contribuições como essa em um contexto educacional em que, para o cineasta, “estamos pagando o preço por ter importado um projeto privatista e especialista de educação”.

Como foi sua experiência no colégio vocacional?

A minha experiência, do menino que eu era, foi de descobertas. Não tinha ideia de que estava pas-

ANTES", DIZ TONI QUE NÃO PODEMOS NOVO? "

Moncau
alista



sando por um experimento educacional. Foi um mundo que se abriu, mas na minha perspectiva daquele momento eram coisas naturais. Eu era um garoto mais ou menos tímido, acho que me ajudou a desabrochar como pessoa, e a ter coragem de desenvolver meus talentos. Coisas que mais tarde ficaram muito claras para mim, como o prazer de trabalhar com pessoas, o prazer de trabalhar em equipe, a autocrítica, capacidade de ouvir o outro, repensar e estar aberto a mudar meus pontos de vista, foram coisas que eu aprendi inconscientemente lá.

O que lhe motivou a resgatar, em formato de documentário, essa experiência?

Os ex-alunos e professores começaram se encontrar depois de anos,

com um sentimento comum de que a gente poderia transmitir alguma coisa à sociedade hoje a respeito desse espírito que a gente viveu. Foi isso que gerou meu impulso de fazer esse filme, de participar da associação de ex-alunos. Um pouco da minha contribuição para a sociedade, que hoje tem problemas graves na educação. Isso gerou essa minha provocação, o filme é uma provocação, vai além da crítica. Se já fizemos antes, por que não podemos fazer de novo? Por que não sonhar, não ter utopia? Já que nós somos uma nação com petrodólares, por que não ter uma educação de altíssimo nível?

Maria Nilde Mascellani chegou a fazer uma sugestão de que fosse feito algo nesse sentido?

Chegou. Nos anos 1990 ela reuniu algumas pessoas, nos estimulou a fazer um filme, mas não deu certo. A gente era mais jovem, tinha muitos compromissos do cotidiano e não tinha a possibilidade de fazer esse trabalho enorme que significa fazer um único roteiro a vinte mãos, em tão pouco tempo. Mas ficou muito forte essa ideia em mim.

Quando os ex-alunos se reúnem, eu pensei, como posso contribuir para isso? Comecei a fazer gravações, depoimentos para um banco de dados da escola. Quando eu descobri na ECA um filme que foi feito sobre nós foi quando eu realizei a convicção de que daria para fazer um documentário bacana.

Como você vivenciou o período em que a Ditadura fez a intervenção?

Foi terrível, uma época muito

difícil para nós. Estávamos acostumados com um sistema de muita liberdade, muita discussão dentro da escola. Fui para o ensino da rede tradicional, e me dei muito mal. Peguei uma escola muito retrógrada que foi o Objetivo, meu deus, foi uma catástrofe.

Tem aspectos que você critica no modelo da escola?

Fico pensando: é tão fácil criticar depois que já passou, dizer que a direção não enxergou o momento que estávamos vivendo e talvez não tenha tido maior maleabilidade com os professores. Mas quem somos nós? Foram corajosos por tentar enfrentar e preservar o que tinham, pagaram caro por isso. Perderam seus empregos, a escola acabou. Não sei se a crítica cabe.

Você diz que décadas depois "a educação brasileira parece estar a anos-luz da experiência que vivemos". Fale sobre essa discrepância de modelos educacionais.

A gente caminhou para um movimento contrário. Importamos um projeto privatista de educação, foi o grande acordo MEC-Usaid, optamos por uma educação especialista e não generalista. O filme mostra que dá para ter uma educação pública de qualidade, mas precisamos de uma leitura profunda do que vivemos hoje e precisamos caminhar. Investimento radical em educação e no ser humano. Precisamos valorizar a profissão do educador. Seguimos cegamente o modelo de educação estadunidense. E estamos pagando altíssimo preço por isso.

“Como acabou? Foram muitos os fatores. Inclusive, quem sabe, alguns de natureza interna. Quando a Ditadura interveio, não aconteceu só conosco, mas com tudo. Nem pensar em tentar — não havia como articular uma reação”, avalia Evandro Jardim. “Basicamente fechou porque os militares consideraram que aquilo propunha ao estudante a liberdade de expressão”, sintetiza.

A gota d’água foi quando um grupo de professores demitidos em Americana, como Francisco Cid, de artes industriais, fez uma denúncia ao Exército alegando que as escolas formavam comunistas. O professor de educação física que trabalhava técnica de acampamento foi acusado de preparar os estudantes para guerrilha. Encontraram em seu apartamento um livro de Josué de Castro, tido como subversivo.

Maria Nilde Mascellani foi destituída. Pouco tempo depois, o Exército invadia as unidades vocacionais. Em 1970 todas já haviam sido integradas ao sistema convencional.

“As aulas de educação sexual foram substituídas pelas de educação moral e cívica. Não consigo esquecer do professor, um capitão do Exército que dava aula fardado”, relata Toni Venturi. Seu irmão, Gustavo Venturi, lembra que 1971 foi o primeiro ano em que os alunos foram obrigados a comparecer às atividades do 7 de setembro. “Começam os primeiros acordes do Hino Nacional, todos nós enfileirados, coisa que nunca tínhamos feito e as vozes vão crescendo, crescendo, até que vão diminuindo,

diminuindo e param. Tomamos bronca, começamos de novo, e de novo começou e parou. Acabou a festa cívica oficial”, sorri.

A prisão de Maria Nilde só ocorreu anos depois que o Exército invadiu os vocacionais. Na época, ela dava assessoria à Comissão Justiça e Paz da CNBB e escrevia, em coautoria com o jornalista Dermi Azevedo, o livro Educação moral e cívica: a escalada do fascismo no Brasil

Maria Nilde seria presa alguns anos mais tarde, em 1975. Na época, era assessora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e estava escrevendo, junto com o jornalista Dermi Azevedo, o livro *Educação moral e cívica: a escalada do fascismo no Brasil*. Silvana assistia televisão durante a noite quando invadiram a casa e, à procura de Nilde, levaram livros e documentos, tirando o sossego de seus pais já idosos. “Levaram suas radiografias, ela tinha artrite muito forte. O médico do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] viu e ficou morrendo de medo, porque segundo ele, se ela levasse um bofetão morria”, diz Silvana.

Dos três meses em que ficou presa, passou dois incomunicável na solitária, sofrendo torturas psicológicas, tendo que suportar uma lâmpada com luz forte, acesa ininterruptamente. Quem quebrou a incomunicabilidade foi dom Paulo Evaristo Arns, então arcebispo de São Paulo. “Entrou dom Paulo, o médico dela, e como eu estava de branco acharam que eu era enfermeira, e consegui entrar junto”, ri Silvana, a caçula de quatro irmãos.

“Os militares queriam informações sobre dom Paulo”, relata Silvana: “Minha irmã frequentava a Cúria, trabalhava na Comissão Justiça e Paz. E o Fleury disse que ela só poderia ser amante do dom Paulo. Com palavras mais vulgares. Ela sentou a mão na cara dele. Por orientação médica, ele não pôde revidar”.

Evandro Jardim pondera que “hoje, evidentemente, a experiência vocacional teria que ser adequada à essa realidade nossa. Mas acho que a consciência ficou em nós”. “Porque a experiência, o que era, no fundo? Uma consideração à formação humanista, o respeito pelo outro, uma consciência social. É isso. Ninguém é ingênuo para achar que vamos conseguir o ideal, mas na minha opinião a proposta vive”, aponta.

Antonio Pedro Zago, professor de matemática do Colégio Oswaldo Aranha, explica em *Vocacional: uma aventura humana* que “era um jovem de 24 anos, idealista, querendo trabalhar com educação”, pois “acreditava sim que educação podia mudar o mundo”. Depois completa: “Por que não?”